



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 27 de Setembro de 2019

Weintraub defende autorregulação de universidade privada e expansão de EaD

Hugo Passarelli

De São Paulo

Em discurso incisivo, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu ontem que o ensino superior privado seja autorregulado, sinalizou simpatia à expansão do ensino a distância e reforçou que, para investir mais na educação básica, precisa diminuir o peso das universidades federais no orçamento.

Em sua avaliação, nada impede que as instituições particulares criem um órgão para cuidar da abertura e avaliação de cursos “com liberdade, mas com maior responsabilidade”. O exemplo viria do sistema financeiro, que já conta com órgãos como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), disse o ministro.

“O que o governo pode fazer por vocês? Nada. Façam vocês mesmos”, afirmou, indicando

que aguarda iniciativa do setor.

Segundo Rodrigo Capelato, diretor-executivo do Semesp, sindicato das instituições do ensino superior privado, houve uma reunião preliminar com Weintraub no primeiro semestre para abordar o tema. A ideia é criar um sistema descentralizado, com mais de uma entidade. “É uma agência reguladora cujas regras sejam feitas pelo próprio setor. Não há como fazer uma agência que construa a avaliação e a regulação ‘de fora’”, afirmou.

Um dos ministros mais ferrenhos da ala ideológica do governo, Weintraub disse que apenas possíveis fraudes ou “casos de Justiça” no ensino superior privado ficariam a cargo do setor público. “Pisou na linha vai conversar com o Moro [Sergio Moro, mi-





Weintraub: cobrar mensalidade em universidade pública traria resultado infimo

nistro de Justiça e Segurança Pública]", afirmou'.

Segundo Weintraub, a autorregulação pode ser mais rígida em cursos como medicina e mais frouxa em cursos "teóricos" e "etéreos". Questionado, afirmou que a carreira de professor ficaria em caminho intermediário.

Economista, Weintraub afirmou a uma plateia formada sobretudo por representantes de instituições privadas que, pela primeira vez em cem anos, o Brasil tem um governo liberal.

Por esse viés, indicou que as

universidades particulares não devem contar com expansão do Fies, programa de financiamento estudantil que vem encolhendo desde o governo Michel Temer. "Foi um crime o que ocorreu com o Fies do ponto de vista financeiro, metade dos jovens está inadimplente. Isso é uma bomba que vai ter de ser desatada", disse no Fórum Nacional de Ensino Superior, em São Paulo.

Na apresentação, Weintraub fez as críticas habituais à imprensa e ao Partido dos Trabalhadores (PT), sugerindo que o Semesp





— sindicato organizador do evento — mudasse a cor que o representa, o vermelho. Weintraub usava gravata da mesma cor. Mais tarde, a jornalista, disse que iria “embora” se ouvisse perguntas “erradas ou maldosas”.

Questionado, o ministro também informou que, por ora, não pretende cobrar mensalidade em universidades públicas porque isso geraria uma “gritaria” imensa e resultado ínfimo.

O ministro defendeu a aprovação do projeto de lei que cria o Future-se, programa que flexibiliza a captação de verbas privadas pelas faculdades públicas, para dar mais fôlego ao MEC.

Weintraub ainda fez apelo para que o Congresso barre a proposta que aumenta de 10% para 40% a complementação da União ao Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação

básica. Segundo ele, o Brasil quebraria com essa proposta.

Questionado, o ministro defendeu o ensino superior a distância. “Não tem como fugir dele. O EaD não é uma coisa negativa, o que é negativo é ensino malfeito”, disse. Na semana passada, o Censo da Educação Superior de 2018 mostrou que, pela primeira vez, a oferta de cursos a distância superou a de presenciais.

Weintraub voltou a criticar o nível de gasto com educação no país e as políticas das últimas décadas. “Ao longo dos 30 anos, colocamos o Brasil em último lugar da América do Sul [em nível de aprendizagem]”, disse. Segundo ele, um dos equívocos que respaldaram essas políticas foi a confusão entre o que é educação e o que é ensino. “Educação dou em casa para os meus filhos.”

O ministro da deseducação

BERNARDO MELLO FRANCO

O ministro Abraham Weintraub não tem medo do ridículo. Desde que assumiu o cargo, ele se especializou em produzir cenas de pastelão. Numa delas, dançou com um guarda-chuva aberto dentro do gabinete. Em outra, tropeçou na matemática ao tentar fazer uma conta simples com bombons.

Para a sorte do olavete, não é preciso fazer o Enem para virar ministro da Educação. Ele já demonstrou dificuldades sérias com o português, ao escrever “suspensão” num documento oficial. Também revelou pouca intimidade com a literatura: confundiu Kafka, o escritor, com cafta, o acepipe.

Sem qualificação para o posto, o ministro descobriu outra fórmula para segurar a cadeira. Passou a produzir polêmicas em série, numa gincana para acumular pontos com a militância bolsonarista. A tática consiste em dizer absurdos para desviar o foco de notícias negativas. Em abril, ele declarou que as universidades públicas eram locais de “balbúrdia” e “gente pelada”. Queria camuflar o corte de verbas para o ensino superior.

Nos últimos dias, Weintraub pisou no acelerador dos factoides. No Twitter, ele ofendeu assessores do PT que ganharam na Mega-Sena. “Aparentemente, não há crime”, debochou, chamando os apostadores de “tigrada”. O grupo inclui técnicos, motoristas e recepcionistas.

Na segunda-feira, ele anunciou o

lançamento de um tal Escola de Todos, versão recauchutada do Escola sem Partido. O objetivo é o mesmo: incentivar o patrulhamento do que os professores dizem em sala de aula, a pretexto de combater a “doutrinação”.

Ontem o ministro produziu um combo de disparates. Na mesma palestra, criticou os professores das universidades federais, o nome da pasta que comanda e até o uso do vermelho. “Podia mudar a cor daqui, verde e amarelo é bonito”, gracejou, apontando o cartaz do evento.

Weintraub prometeu caçar professores que ganhariam “de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por mês”, chamando-os de “zebras gordas”. Segundo o Portal da Transparência, o ministro recebeu R\$ 30,9 mil em julho. No mês anterior, levou R\$ 35,4 mil. Como sempre, o ataque serviu para ofuscar outra notícia: ele quer contratar professores pela CLT, abolindo a exigência de concurso público.

A uma plateia atônita, o olavete disse que o uso da palavra educação seria produto da “ideologização” de esquerda. “Quem educa é a família, a gente ensina”, teorizou. Enquanto ele continuar no cargo, seria melhor chamar o MEC de Ministério da Deseducação.

O ministro Abraham Weintraub pisou no acelerador dos factoides. Ontem ele chamou professores de “zebras gordas”. Reclamou até o nome da pasta que comanda

NOVO SISTEMA PARA OS PROFESSORES

Proposta de Weintraub para contratação de docentes via CLT divide especialistas

PAULA FERREIRA E RAPHAEL KAPA
sociedade@oglobo.com.br

Depois do anúncio de uma série de contingenciamentos nos repasses para as universidades federais este ano e uma perda de 9% no orçamento previsto para a Educação em 2020, o ministro Abraham Weintraub divulgou esta semana planos de contratar professores do ensino superior pelo regime CLT de forma a sanar os problemas financeiros do MEC. Ontem, ele voltou a defender a ideia e afirmou que os docentes pesam nas finanças das universidades (*leia abaixo*). Mas, ao contrário do que havia sugerido anteriormente, afirmou que as contratações serão feitas por concurso.

O GLOBO ouviu especialistas para comentar a proposta do ministro de mudar o modelo do Regime Jurídico Único (RJU), que garante estabilidade à carreira, para o celetista.

— (A contratação por CLT) Já acontece nos hospitais. Tem estabilidade, passa por concurso e recebe mais do que no regime de servidor. Do jeito que o orçamento está travado, ficaremos sem contratar. O Future-se (programa do MEC para financiamento de universidades) cria um instrumento para aumentar a contratação de professores via CLT com concurso público. Mas tudo isso passa pelo Congresso — afirmou Weintraub após o 21º Fórum Nacional de Educação Superior Particular (Fnesp).

A proposta não é um con-

senso na área, e estudiosos ponderam que é preciso cuidado com a mudança. Os pesquisadores citam exemplos de universidades americanas e europeias para argumentar que algum nível de estabilidade é importante para o desenvolvimento das instituições.

— O único risco no sistema de estabilidade é que alguns professores podem não se sentir motivados a continuar suas pesquisas e trabalhos de ensino após conquistá-la. Mas é pequeno quando comparado aos benefícios. O sistema de estabilidade protege a liberdade de pesquisa, essencial em qualquer universidade — opinou o professor da Universidade de Columbia e diretor do Columbia Global Centers, Thomas Trebat.





*Claudia Costin,
professora da FGV*



“ORJU foi instituído, após a ditadura, para proteger as universidades. Existia um sentido na proposta que, hoje, engessa a universidade pública. Não é errado contratar por CLT. Na maioria das universidades do mundo, os professores não são funcionários públicos. Por que todos devem ganhar a mesma quantia no mesmo estágio de carreira se produzem de forma diferenciada? Como gerar atratividade dessa maneira? O ministro trata de ponto importante, mas não basta ter boas ideias. É necessário ter capacidade para implementá-las. Política pública se constrói com diálogo. Questiona-se se a CLT acabaria com a autonomia universitária. Esta precisa ser protegida junto com a pluralidade de vozes. A contratação por CLT faz sentido, mas as ameaças do ministro colocam a política em xeque. A contratação precisa se associar à liberdade de cátedra. Na Europa, só se pode ser demitido após processo meticuloso.”

*Simon Schwartzman,
sociólogo*



“Sabemos que 85% a 90% dos custos das universidades federais hoje são com despesa de pessoal. Mas é óbvio que sem professores não há universidade. A longo e a médio prazo é possível reduzir as despesas contratando professores em regime de tempo parcial ou os retirando do regime de dedicação exclusiva, sobretudo aqueles que não estão envolvidos em pesquisa. A questão da forma do contrato de trabalho ser por CLT ou RJU não se limita, no entanto, ao aspecto financeiro. As universidades precisam ter condições de contratar pessoas, demitir funcionários, dentro de regras que sejam claras, mas não necessariamente as do funcionalismo público. No mundo inteiro, professores são contratados por universidades para contratos temporários que, ao longo dos anos, podem ser efetivados. As instituições deveriam poder contratar pessoas de níveis variados pagando salários diferentes.”





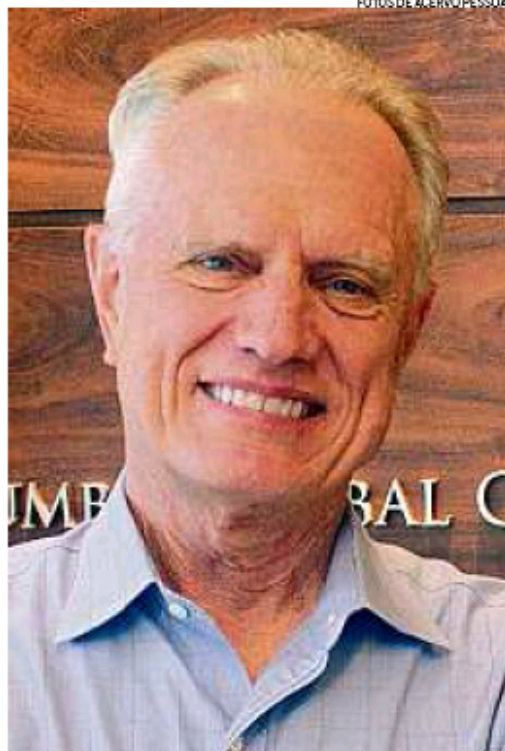
Remi Castioni,
Professor da UnB



“Existe uma distorção na premissa de onde o ministro Weintraub partiu. Diferentemente de outros países, no Brasil é um desafio enorme casar ensino e pesquisa. O ministro, com a sinalização de contratação por CLT, quer estabelecer uma trava no gasto de pessoal. O salário de R\$ 15 a R\$ 20 mil que ele mencionou como parâmetro para sua crítica, no entanto, é o de quem está no final da carreira (de professor universitário). Há um outro problema que engessa a universidade: o professor não pode fazer nada diferente do que a função para a qual foi contratado. A proposta do ministro mudaria isso e, sem mudar a estrutura, não tem como flexibilizar. Um exemplo vitorioso que podemos aproveitar é o da Instituição Catalã de Pesquisa e Estudos Avançados, que atrai pesquisadores de todo o mundo para liderar diferentes áreas com pensamentos diversos, e isso centuplicou a pesquisa na Espanha.”

Thomas Trebat, professor da
Universidade Columbia

FOTOS DE ACERVO PESSOAL



“Nos Estados Unidos, a estabilidade é garantida pelas universidades a professores que demonstrem excelência em pesquisa e ensino. No sistema ‘tenure’, em geral, mesmo após três a seis anos de experiência profissional, a estabilidade não está garantida. Destaco que o governo não tem nenhum papel em determinar quem recebe esse benefício. A universidade decide sozinha, com orientação de pares qualificados para avaliar as credenciais acadêmicas do professor. É importante notar que, uma vez que a estabilidade é garantida, o professor não pode ser demitido pela universidade por qualquer motivo relacionado à sua atuação acadêmica. Esse sistema tem uma enorme vantagem: a de permitir que pesquisadores façam seus estudos sem medo de assumir posições impopulares. Isso permite que o debate acadêmico floresça, e novas ideias sejam buscadas. E o sistema de estabilidade protege a liberdade de pesquisa, o que é essencial.”

Por orçamento, ministro vai ‘atrás da zebra mais gorda’

Segundo titular da Educação, o maior problema do ensino superior é salário de professor de federal que ganha até R\$ 20 mil

BRUNO ALFANO*
bruno.alfano@extra.inf.br
SÃO PAULO

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou ontem, durante o 21º Fórum Nacional de Educação Superior Particular, que precisa ir atrás da “zebra mais gorda”, ou seja, do salário de professor universitário federal que “ganha de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por mês” para resolver os problemas orçamentários de sua pasta.

Weintraub deu essa declaração ao defender que a cobrança de mensalidade nas universidades públicas não sanaria o problema do ensino superior no Brasil, que, segundo ele, é o gasto de “uma fortuna de dinheiro com uma pequena quantidade de pessoas”.

— Cobrar mensalidade de quem pode pagar não vai resolver nada. Tenho que ir atrás de onde está a zebra mais gorda, que é o professor de uma federal, com dedicação exclusiva, que dá oito horas de aulas

por semana e ganha de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por mês —disse.

Professores em regime de dedicação exclusiva não ficam restritos ao ensino em sala. Esses docentes também se dedicam à preparação das aulas, às pesquisas e aos programas de extensão oferecidos pela universidade, entre outras atividades.

AUTORREGULAÇÃO NO SETOR

No mesmo evento, organizado pelas universidades privadas, Weintraub defendeu que elas apresentem uma proposta de autorregulação. A ideia foi lançada quando o ministro foi questionado sobre o que o governo fará a respeito do financiamento estudantil privado, cujo principal mecanismo, o Fies, teve repasses adiados pelo governo neste ano.

—O que o governo vai fazer por vocês? Nada. Vocês têm que se virar. Vou começar pela provocação: façam autorregulação. O mercado financeiro tem. Vocês têm que se reunir e buscar soluções —propôs.

Em entrevista coletiva após a fala, o ministro disse que autorregulação é “respeitar os indivíduos e

instituições legítimas para tomar suas próprias decisões” e que aí deiaer eduzira fiscalização do MEC.

—Combas e nessa proposta, vamos dar mais ou menos liberdade. Por exemplo, medicina tem que ter menos liberdade. Um curso ligado a uma coisa mais etérea pode ter mais liberdade. A carreira de professor fica no meio do caminho — afirmou ele, que concluiu: —Isso significa menos fiscalização do MEC, mas cria-se duas camadas, a fiscalização estatal e a autorregulação.

Diretor-executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), Rodrigo Capelato afirmou que a entidade já elabora uma proposta de autorregulação, focada na descentralização das avaliações e na criação de um órgão regulador independente.

—É melhor ter várias agências especializadas do que, como ocorre no Brasil, só um órgão que avalia todo mundo igual. O E nade só dá indicativos. Na Espanha, por exemplo, há uma agência só para a área de engenharia —disse.

* O repórter viajou a convite do Semesp

Médicos e professores

CLAUDIA COSTIN

Há muito tempo venho me perguntando por que pensamos a formação de futuros médicos como algo que demanda um intenso caráter profissionalizante mas não fazemos o mesmo com os cursos de pedagogia e licenciaturas, como se preparo profissional fosse algo menos nobre nestes casos. Explico-me: para o exercício da medicina, os estudantes, desde o início do curso, frequentam o hospital universitário, observam procedimentos, vão progressivamente assumindo, sob a supervisão de médicos experimentados, parte de procedimentos terapêuticos, antes mesmo da residência médica que completa sua formação.

Além disso, existem na prática médica protocolos estabelecidos para tratar diferentes doenças que um profissional muito experiente pode desconsiderar em casos-limite, mas que, na sua área de especialização, conhece bem.

Nada mais diferente do que a formação que hoje recebem futuros

professores. Embora se trate de uma das profissões mais complexas e relevantes, ela conta com processos de formação completamente dissociados da prática profissional. Algumas universidades até têm escolas de aplicação, para a aprendizagem profissional de seus estudantes de licenciatura, mas a realidade social dos alunos é bem diferente do que se encontra em escolas públicas. Nos cursos de pedagogia, o enfoque é basicamente teórico, e não se ensinam, na ausência de protocolos sobre o que é bom ensino, a alfabetizar, a incluir crianças com deficiência ou a raciocinar matematicamente.

Mas isso pode mudar. Há uma oportunidade grande, neste momento em que o Conselho Nacional de Educação abriu uma consulta pública para as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de formação de professores da educação básica.

Elas vão na direção correta e apontam um caminho para a

profissionalização. Temos mesmo que estabelecer que a profissão de professor deve ser levada a sério, como fez o Chile, o melhor país da América Latina no Pisa. Depois de elaborarem, antes de nós, um currículo nacional sólido, fecharam cursos de pedagogia de qualidade questionável, definiram referenciais da profissão para nortear a formação, elevaram a nota de corte no exame de acesso aos cursos de formação docente e vincularam o ensino à presença atuante em escolas públicas, no caso da Universidade Diego Portales, desde o primeiro semestre de aulas.

Mas, para tanto, deveríamos incluir uma limitação, não prevista nas DCN abertas à consulta, ao tempo de ensino à distância (EaD) na carga horária dos cursos. Ninguém formaria um neurocirurgião exclusivamente por EaD. E professores também “operam” cérebros de crianças...

Reitores sensatos

Depois que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, ameaçou cortar verbas das universidades federais que, a seu ver, estariam promovendo balbúrdia em vez de fazer pesquisas, deputados bolsonaristas em algumas Assembleias Legislativas aproveitaram o argumento para pedir a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) com o objetivo de apurar “gastos excessivos” com docentes e “aparelhamento esquerdista” nas instituições públicas de ensino superior.

Apesar de entidades de docentes terem classificado a iniciativa como “atentado à liberdade de cátedra” e tentativa de “criminalizar” as gestões universitárias, em São Paulo os reitores da USP, da Unicamp e da Unesp agiram com sensatez. Em vez de resistir à criação de CPIs e deflagrar um debate corporativo, optaram por converter seus depoimentos em divulgação do que suas instituições estão fazendo. A estratégia foi duplamente bem-sucedida. Em primeiro lugar porque, sem confronto ideológico, os deputados bolsonaristas não puderam recorrer à demagogia. E, em segundo lugar, porque os dirigentes das universidades estaduais paulistas, apoiados em números, calaram seus críticos.

Numa sessão da CPI à qual compareceram só 3 dos 9 deputados que a integram, ocorrida no último dia 19, o reitor de Pesquisa da USP, Sylvio Canuto, titular do Instituto de Física, lembrou que, se a instituição fosse um país, seria o terceiro maior produtor de conhecimento científico da América Latina, ficando atrás do próprio Brasil e do México. Ela é, também, a universidade brasileira que mais colabora com o desenvolvimento da indústria. Das oito startups brasileiras que hoje têm mais de US\$ 1 bilhão em valor de mercado, quatro foram fundadas por alunos da USP, disse Canuto. Desde que ganhou autonomia, a USP aumentou em 1.100% o indicador de produção científica. O número de alunos de graduação cresceu 50% e o de teses, 400%.

Canuto mostrou ainda que a USP participa de grandes

consórcios internacionais de ciência e tecnologia que, para os leigos, como os deputados bolsonaristas que integram a CPI das Universidades da Assembleia Legislativa, parecem não ter finalidade prática e oferecer resultados a curto prazo. É o caso do Telescópio Gigante de Magalhães, que está sendo construído no Chile. Ele é fundamental para o desenvolvimento de tecnologias nas áreas de física, engenharia de materiais, análise de dados e captação de imagens. Um dos desafios do projeto é a construção de espelhos de 8,4 metros de diâmetro, que necessitam de perfeição microscópica para funcionar. Os espelhos estão sendo construídos fora do país e uma professora do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da USP integra o conselho científico do projeto.

Em seu depoimento na CPI, o reitor de Pesquisa da USP lembrou ainda que a instituição participa do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto, um projeto que envolve 15 mil pessoas em todo o País e que desenvolve técnicas de controle biológico de pragas na agricultura, alternativas ao uso de agrotóxicos e transplante de útero de doadora falecida. É uma conquista médica inédita que foi feita pelo Hospital das Clínicas da USP. Além de Canuto, o pesquisador Antonio Vargas Figueira, do Centro de Energia Nuclear da Agricultura, em Piracicaba, participou do depoimento. Os reitores da USP, Unicamp e da Unesp também prestaram depoimento à CPI, que até agora não detectou nada de irregular nessas instituições – nem mesmo o “predomínio do marxismo cultural que tem de ser vencido”, segundo acusa Weintraub.

Fica evidente que o ministro desconhece a área que dirige e que não sabe que é nas universidades de ponta onde se discutem e desenvolvem políticas públicas. Também fica evidente que, se o governo tivesse algum projeto para o ensino superior, o ministro deveria estimular discussões sobre como instruir melhor a sociedade, em vez de perder tempo com patrulhamento ideológico e denúncias infundadas.

Ministro critica salário de professor: ‘zebra gorda’

Isabela Palhares

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, criticou ontem salários de professores de universidades federais. Segundo Weintraub, essas despesas são hoje a principal preocupação da pasta, e o MEC tem de “ir atrás da zebra mais gorda”. As declarações foram feitas durante o Fórum Nacional do Ensino Superior, em São Paulo.

Segundo Weintraub, o principal problema do MEC é “gastar uma fortuna com um grupo pequeno de pessoas”, os professores das universidades federais. “Tenho de ir atrás da zebra mais gorda, que está na universidade federal trabalhando em regime de dedicação exclusiva para dar só 8 horas de aula por semana e ganhar R\$ 15 mil, R\$ 20 mil.”

Para Antonio Gonçalves, presidente da Andes, sindicato nacional dos professores das federais, a fala do ministro é desrespeitosa e falaciosa. “Quem ele está chamando de ‘zebras gordas’ é uma minoria. Quem ganha salários nesse patamar são professores perto da aposentadoria, que estão há mais de 30 anos contribuindo para a universidade pública.”

Nas 63 federais do País, o teto

remuneratório é de 90,25% do salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), de cerca de R\$ 35,4 mil hoje.

As declarações ocorrem após o ministro anunciar, ao Estado, que pretende exigir a contratação dos professores via CLT (carteira assinada), e não por concurso público, para adesão das universidades públicas ao Futurese, programa para captar verbas privadas. A declaração sobre o regime de contratação de professores fez aumentar a preocupação de reitores sobre o programa, como apurou o Estado. A maior parte das universidades já rejeita aderir ao Future-se.

Fies.

No evento de ontem, Weintraub pediu apoio de faculdades privadas ao Future-se e disse que o governo “não vai fazer nada” para recuperar o Financiamento Estudantil (Fies). “Vocês têm de se virar”, disse, em resposta a Hermes Fonseca, presidente do Semesp, entidade que representa donos de faculdades particulares. Fonseca havia questionado o ministro sobre a política para o Fies e se a pasta estudava cobrar mensalidade nas universidades públicas.

Universidades públicas e o desenvolvimento do Estado

HERNAN CHAIMOVICH

Opapel da Unesp, da Unicamp e da USP no perfil socioeconômico das cidades do Estado de São Paulo, onde elas têm sede, é raramente levado em consideração. As três universidades públicas estaduais paulistas são financiadas pelo contribuinte do Estado e, como esperado, as prestações anuais de contas financeiras das três instituições são aprovadas regularmente por todos os órgãos de controle do Estado.

As três universidades vêm demonstrando que sua produtividade aumenta continuamente desde a decretação da sua autonomia com vinculação do orçamento ao ICMS, em 1989, por fatores que superam, em muito, a variação do financiamento e a produtividade do trabalho no País. Nestes 30 anos os títulos concedidos na graduação mais que dobraram, os diplomas de pós-graduação aumentaram quase 400% e as publicações científicas se multiplicaram quase 20 vezes. O impacto intelectual, econômico e social da produção acadêmica, a qualidade dos profissionais, mestres e doutores formados pelas três universidades e a plêiade de serviços prestados, que vão da atenção médica até a produção artística, evidenciam qualitativa e

quantitativamente que o investimento produz resultados. Estes dados, porém, refletem só uma parte do impacto cultural, social e econômico das três universidades públicas do Estado.

Por exemplo, não se concebe a região da grande Campinas, por muitos considerada o Vale do Silício tupiniquim, sem a pesquisa e os profissionais formados pela Unicamp. O ecossistema de alta tecnologia que nasceu na região não teria se desenvolvido sem o ambiente determinado pela presença do câmpus da universidade. São Carlos é outro exemplo: é impossível imaginar a pujança agrícola e industrial da comarca sem os campi da Universidade de São Paulo. O sucesso do investimento privado em pesquisa agropecuária, evidente em São Paulo, seria impossível sem a investigação e os cientistas da Escola Superior de Agricultura da USP. O peso da Unesp na economia, e sua contribuição para o (alto) perfil socioeconômico do Estado, é também explícito em Bauru, Jaboticabal e Araraquara. Os exemplos se multiplicam em Ribeirão Preto, Lorena e por aí afora.

Restam, ainda, aspectos do impacto da existência de sedes das

universidades paulistas no Estado que, em alguns casos, seriam fáceis de quantificar e, se necessário, monetizar. O peso dos estudantes destas três universidades na economia de cidades como Pirassununga, Assis, Marília, Limeira ou Lorena se faz sentir desde a padaria até o bar, da lavanderia ao mercadinho da esquina. Os estudantes afetam e modificam economias locais, e padeiros e barbeiros sabem que sua sobrevivência como pequenos empreendedores depende da existência dessa população flutuante.

A vida no interior paulista foi modificada pela necessidade de abrigar uma população de professores, funcionários e estudantes com formação cultural diferenciada. Mistura harmônica de culturas sempre enriquece sociedades que, como nestes casos, não só a aceitam, mas a acolhem e se transformam com ela. Tudo isso contribuiu para transformar o padrão, a qualidade e a quantidade do emprego no interior paulista e, não por acaso, foi induzido pela existência de instituições de ensino superior e pesquisa, cujo impacto é reconhecido e destacado em todos os rankings internacionais. O desempenho internacional das universidades públicas do Estado é tributário de outra instituição





paulista, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que, por décadas de investimento constante em pesquisa científica, propicia a criação, internacionalmente competitiva, de conhecimento em todas as áreas do saber, em benefício do cidadão.

O reconhecimento da eficiência e da pertinência do sistema de ensino superior e pesquisa, financiado pelo contribuinte no Estado de São Paulo, não pode ser feito de forma solitária pelos que nele trabalham ou estudam. Em todos os espaços onde o impacto desse sistema condiciona a própria existência do lugar, seja uma cidade do interior ou um hospital de alta complexidade na capital, necessitamos de uma atitude ativa.

Que todos se levantem, mostrem e demonstrem os caminhos apontados, as contribuições ofertadas, os benefícios propiciados e os avanços conquistados, pois só este sistema vai nos permitir enfrentar o futuro da complexidade presente.

O impacto gerado por USP, Unicamp e Unesp evidencia que o investimento nessas instituições produz resultados

?

PROFESSOR EMÉRITO DO
INSTITUTO DE QUÍMICA DA
USP, FOI PRESIDENTE DO
CONSELHO DE
DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
(CNPQ)

Educação em realidade virtual tem desafios pela frente

Bruno Capelas ENVIADO ESPECIAL / MENLO PARK (EUA)

Levar os alunos para uma excursão de história no Egito Antigo. Fazê-los entrar em uma célula e conhecê-la com detalhes, indo até o código genético. As aplicações de realidade virtual na educação podem ser inúmeras, mas a tecnologia ainda tem muitos desafios pela frente até conseguir ser adotada de forma ampla por instituições de ensino ao redor do mundo. Essas foram as conclusões de diversos debates realizados na Oculus Connect, feira dedicada à realidade virtual (VR) realizada pelo Facebook nesta semana em San José, nos Estados Unidos.

Em uma das principais mesas, professores de instituições como a Universidade Stanford, o Massachusetts Institute of Technology (MIT) e o departamento de escolas públicas de Seattle discutiram como aplicam a tecnologia dentro da sala de aula. O primeiro desafio, na visão da professora de ciências Laura McGinty, é conseguir trazer experiências acessíveis a todos os alunos. “Realidade virtual é sobre imersão e empatia, se sentir em

outro lugar. Quando vou dar uma aula com essa tecnologia, preciso ter certeza de que a classe inteira é capaz de chegar aonde imagino”, disse.

Responsável pelo laboratório de ensino do MIT, o professor Dan Roy foi na mesma linha: “Uma boa experiência é aquela que gera curiosidade no aluno, algo especialmente vital no Ensino Médio, quando a pergunta básica sobre cada aula é: por que eu tenho de aprender isso?”

Outro desafio, está em formar professores. “O segredo é deixá-los testar a tecnologia e permitir que eles decidam se podem ensinar ou não com aquilo”, diz Laura, que começou a usar realidade virtual em suas aulas há pouco mais de um ano. Segundo ela, não será algo tão difícil quanto parece. “O processo de transformação será parecido quando os computadores e os iPads chegaram às escolas. Colaborem, ouçam, aprendam e persistam.”

O JORNALISTA VIAJOU A MENLO PARK (EUA) A CONVITE DO FACEBOOK

Ensino a distância é coisa do passado?

VINICIUS BOZZI NONATO
CEO e fundador do IGI

Há quase uma década, o ensino a distância (EAD) é uma realidade crescente no país. Nos EUA e na Europa, o ensino on-line é reconhecido como um método eficaz, sendo amplamente utilizado por empresas tradicionais.

A popularização do EAD possibilitou que plataformas de ensino on-line ganhassem cada vez mais espaço no Brasil. No final do ano passado, portaria da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) regulamentou os mestrados e doutorados a distância. Entre 2016 e 2017, houve um aumento de 17,6% da modalidade no país, segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

A possibilidade de ter horários flexíveis, interatividade e as mensalidades competitivas motivam cada vez mais alunos a optar pelo modelo de educação a distância. A popularização da internet e dos smartphones propiciaram o arcabouço necessário para a consolidação do EAD como alternativa real de evolução de carreira. Apenas no último ano, a procura para cursos de EAD para cursos de graduação e pós-graduação, mestrado e doutorado cresceu 72%.

Por outro lado, o conceito de EAD vem sendo associado aos modelos em que os alunos interagem de forma assimétrica com professores e colegas, usando ferramentas tradicionais baseadas em videoaula, fóruns e e-mails. Nesse contexto, a experiência de aprendizado do aluno fica limitada, assemelhando-se ao estudo autônomo.

Hoje, alunos e professores passaram a estabelecer uma comunicação em tempo real

Venho observando no mercado algumas instituições inovadoras que estão promovendo uma silenciosa revolução no EAD. Cada vez mais, as instituições buscam se adaptar à nova realidade investindo na interati-

vidade e experiência do aluno e permitindo que esteja tão próximo do professor e colegas quanto em uma aula presencial. Hoje, alunos e professores passaram a estabelecer uma comunicação em tempo real, derrubando barreiras físicas e permitindo que a educação a distância atingisse novo nível de agilidade, interatividade e eficiência.

Creio que o marco dessa evolução tenha se dado a partir do momento em que os resultados das avaliações oficiais do MEC de alunos que cursaram disciplinas a distância passaram a ser iguais ou superiores aos daqueles que concluíram cursos presenciais.

O termo EAD, como existe hoje, está ultrapassado. Graças às novas exigências por parte dos órgãos reguladores da educação e dos alunos. Com isso, as instituições educacionais estão, cada vez mais, buscando reformular currículos e metodologias, além de investir, constantemente, na qualidade dos cursos oferecidos. Isso aumenta a credibilidade do mercado e é algo positivo, tanto para as escolas quanto para os alunos, pois aproxima quem está em busca de conhecimento e capacitação daqueles que os detêm.

A meu ver, esse é o futuro da educação. Pessoas conectadas entre si investindo na troca de experiências com docentes e discentes no escasso tempo disponível que têm. Creio, também, que o modelo de educação a distância que conhecíamos está cada vez mais fadado ao fim, pois as tecnologias e modelos emergentes serão capazes de encurtar distâncias e construir pontes cada vez mais sólidas de conhecimento.

Ministro ataca salário de professores federais



Abraham Weintraub garantiu que não pretende começar a cobrar mensalidade nas instituições públicas

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, se envolveu em mais uma polêmica ontem ao mencionar universidades federais durante o 21º Fórum Nacional do Ensino Superior Particular Brasileiro (FNESP). Na palestra de abertura do evento, Weintraub disse que é preciso “atacar a zebra mais gorda”, se referindo aos salários de professores universitários federais. O ministro também defendeu uma proposta de autorregulação para as universidades particulares.

“O problema do ensino superior brasileiro é que a gente gasta uma fortuna com um grupo muito pequeno de pessoas”, afirmou, referindo-se às universidades públicas. “Mais de 80% do ensino

superior está na iniciativa privada, e o MEC (Ministério da Educação) é uma grande folha de pagamento de professores de universidades federais”, completou. Para o ministro, é preciso ir “atrás de onde está a zebra mais gorda, que é um professor de federal, com dedicação exclusiva, ministrando oito horas de aula por semana e ganhando de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por mês”.

O ministro garantiu que não pretende começar a cobrar mensalidade nas instituições públicas de ensino superior. “É uma vitória de Pirro a gente gastar energia para tentar cobrar a graduação”, disse. A expressão é utilizada para se referir a uma vitória obtida a alto preço. “Vai ser uma gritaria, e não vamos chegar

a lugar nenhum”, justificou. Segundo o ministro, “cobrar mensalidade de quem pode pagar não vai resolver nada”.

Desde abril, quando assumiu o ministério, Weintraub se envolveu em polêmicas ao anunciar o contingenciamento feito no orçamento das universidades e institutos federais. No evento, o ministro disse que está acompanhando os dados para um possível descontingenciamento. “A gente está descontingenciando. Não tem nenhuma universidade fechada. Não houve quebra das universidades, como alguns veículos falaciosos falaram, não houve nenhum bandeirão sem alimento”, afirmou.

Ainda de acordo com o ministro, mais da metade dos servidores brasileiros está no MEC, o que gera muitos custos para a pasta. “Eu tenho que enfrentar esse exército, entre outras coisas”, disse ele, referindo-se a doutrinação e metodologia de alfabetização. No discurso, o ministro também pediu apoio para a aprovação do Future-se, programa rejeitado pela maioria das federais pelo país. “Preciso do suporte das bases e das bancadas dos senhores para passar o Future-se e, assim, ter verbas para financiar o ensino privado e colocar dinheiro nas creches”, disse.

* Estagiários sob supervisão de Rozane Oliveira

Mais liberdade às particulares

A autorregulação das universidades privadas voltou à tona ontem, durante discurso do ministro da Educação Abraham Weintraub, durante o 21º Fórum Nacional do Ensino Superior Particular Brasileiro (FNESP). “O que o governo vai fazer por vocês? Nada! Vocês têm que se virar”, disse em resposta aos representantes das universidades particulares logo no início do discurso. De acordo com o ministro, a autorregulação é uma “oportunidade gigantesca” para os dirigentes do ensino superior. “Vocês estão diante de um governo liberal, que vai dar liberdade para vocês e vai cobrar responsabilidade das suas ações”, disse.

Weintraub explicou que essa autorregulação dependeria de uma negociação das universidades privadas com o setor público. “Eles têm que se organizar e apresentar uma proposta. Com base nessa

proposta, a gente vai dar mais ou menos liberdade”, indicou. Apesar de defender a proposta que dá mais liberdade para faculdades privadas, o ministro afirmou que a medida não significa que a pasta deixará de fiscalizar o setor.

“A supervisão do Estado é mantida. O setor se autorregula e o Estado fiscaliza e observa se está funcionando adequadamente. Isso já tem em várias áreas da economia. Você permite maior liberdade com responsabilidade. É uma mudança cultural muito grande”, ressaltou. No entanto, para temas mais delicados, ele salientou que deve haver mais controle do governo. “(Curso de) Medicina, eu acho que tem que ter menos liberdade, porque é uma coisa nevrálgica. Um curso que é ligado a uma coisa mais etérea poderia ter um pouco mais de liberdade”, acrescentou. (GP, IM e MEC)

Ministro diz que universidade particular tem que se “virar” sem Fies



vender solução.”

Hermes Fonseca, presidente do Semesp, entidade que representa as faculdades particulares, havia lançado o que chamou de “provocações”. Ele questionou se o governo estudava a cobrança de mensalidade nas universidades públicas e se havia uma proposta para o Fies que, segundo ele, está falindo. “O governo não vai fazer nada por vocês. A pergunta é: o que vocês vão fazer por vocês mesmos?”, devolveu o ministro.

“Pela primeira vez em cem anos, o País tem um liberal na Presidência e à frente do MEC”, argumentou

ESTADÃO CONTEÚDO

agenciaestado@agenciaestado.com.br

“O que o governo vai fazer por vocês? Nada, o governo não vai fazer nada. Vocês têm que se virar”. Esse foi o início do discurso do ministro da Educação, Abraham Weintraub, na manhã desta quinta-feira (26/09/2019), durante a abertura do Fórum Nacional do Ensino Superior. A resposta foi direcionada ao presidente do Semesp, entidade que representa os donos de faculdades particulares, que o questionou minutos antes sobre qual é a política do governo para

recuperar o Financiamento Estudantil (Fies). Com discurso agressivo e críticas às universidades federais, o ministro pediu apoio do setor privado ao projeto Future-se.

Weintraub defendeu o Future-se e a autorregulação das faculdades privadas. A reportagem mostrou esta semana que o MEC quer exigir a contratação dos professores via CLT (carteira assinada), e não por concurso público, para adesão ao Future-se, novo programa da pasta para captar verbas privadas. A maioria das universidades federais, no entanto, rejeita o programa.

“Pela primeira vez em cem anos, o País tem um liberal na Presidência e à frente do MEC. Aproveitem essa oportunidade, aproveitem que não ficamos criando problema para

“O Fies foi um crime do ponto de vista financeiro. Metade dos alunos financiados está inadimplente. É uma bomba que vai ter de ser desatada. Muitos de vocês aqui estão com esse problema nas mãos”, disse. O tom causou desconforto na plateia, composta por donos e dirigentes de entidades particulares de ensino superior. Weintraub também criticou a cor do painel do evento, vermelha, e sugeriu à organização que mudasse o slogan (“Uma nova forma de pensar a educação”). “Tem de tirar educação e pôr ensino. A gente não tem de dar educação, mas sim ensino. Quem educa é a família”, afirmou.

O ministro, porém, defendeu afrouxar as regras de fiscalização e credenciamento para a abertura de novos cursos e faculdades privadas.





Segundo ele, o mercado pode se autorregular e cobrou que o setor é quem deve apresentar a proposta de autorregulação para o MEC. “Vamos dar liberdade e cobrar responsabilidade (das entidades de ensino privado). Quem pisar fora da linha, vai ter de lidar com o juiz Sérgio Moro (atual ministro da Justiça e da Segurança Pública)”, disse.

Em uma fala de 20 minutos, Weintraub também criticou a nova proposta que está sendo debatida para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), principal mecanismo de financiamento do ensino básico do País. O Congresso sugere aumentar a participação da União a esse fundo de 10% do valor total para 40%, o que foi rejeitado pelo MEC.

O ministro também defendeu a ausência do Estado e disse que o principal problema do MEC é “gastar uma fortuna com um grupo pequeno de pessoas” que são os professores das universidades federais. “Eu tenho que ir atrás da zebra mais gorda, que está na

universidade federal trabalhando em regime de dedicação exclusiva para dar só 8 horas de aula por semana e ganhar R\$ 15 mil, R\$ 20 mil”.

“Nada para o setor”

Apesar das críticas ao evento e de dizer que “o governo não vai fazer nada para o setor”, o ministro pediu o apoio dos donos de faculdades privadas para a defesa e aprovação do Future-se e para rejeitar a atual proposta do Fundeb. “A gente precisa do apoio de vocês para o Future-se, que vai desafogar o ministério, e para um Fundeb correto. A atual proposta vai quebrar o governo e aí não vai haver financiamento para o setor privado”, disse.

Os diretores do setor disseram ao Estado ver com preocupação a fala do ministro. Eles defendem que o governo precisa ter uma política de financiamento estudantil, uma vez que as universidades públicas só são responsáveis por 35% das matrículas no ensino superior.

“É muito preocupante esse posicionamento. A gente entende que há um problema fiscal no Brasil e que

houve um descontrole no Fies, mas não há país nenhum no mundo que não tenha uma política pública que pense em ampliar o acesso ao ensino superior. Qualquer país, do mais ao menos liberal, tem uma política para esse acesso, porque é uma forma de reduzir desigualdade, é desenvolvimento econômico”, disse Rodrigo Capelato, diretor executivo do Semesp.

Até mesmo a defesa de autorregulação do setor preocupou os presentes. Eles defendem a autorregulação, mas com a criação de uma agência reguladora para avaliação do ensino superior, e não o que o mercado se autorregule, como defende o ministro.

“É uma agência reguladora, cujas regras vão ser feitas pelo próprio setor, pelos pares. Não há como você montar uma agência de acreditação, com todas as peças da avaliação, com gente de fora”, defendeu. A permissão de funcionamento das instituições de ensino superior, segundo ele, permaneceria sendo de responsabilidade do MEC.



Weintraub defende autorregulação de universidades privadas

Por Daniel Mello - Repórter da Agência Brasil São Paulo

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, convocou hoje (26), os dirigentes do ensino superior, a se organizarem para autorregular o setor. “A oportunidade é gigantesca, vocês estão diante de um governo liberal, que vai dar liberdade para vocês e vai cobrar responsabilidade das suas ações”, disse no Fórum Nacional do Ensino Superior Particular Brasileiro (FNESP).

Ao detalhar a proposta, o ministro usou como exemplo o mercado de capitais, que tem regulação da BSM, órgão da bolsa de valores que

supervisiona autonomamente o setor, complementando a atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

“Autorregulação é quando você respeita os indivíduos e as instituições legítimas se organizam coletivamente e tomam as suas próprias decisões, punindo, em um primeiro momento, ações que não estão alinhadas, e até expulsando indivíduos. Você mantém, nessa primeira etapa, a autorregulação, e na supervisão do Estado, uma mão mais pesada para bater”, disse Weintraub.

Os termos exatos, no entanto, vão depender, de

acordo com o ministro, de uma negociação das universidades privadas com o setor público. “Eles têm que se organizar e apresentar uma proposta. Com base nessa proposta, a gente vai dar mais ou menos liberdade”, disse.

Weintraub adiantou que nos temas mais delicados deve haver mais controle do governo, enquanto nas situações menos sensíveis o setor terá mais margem para determinar as próprias regras. “[Curso de] Medicina, eu acho que tem que ter menos liberdade porque é uma coisa nevrálgica. Um curso que é ligado a uma coisa mais etérea poderia ter um pouco mais de liberdade”, acrescentou.